

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: IMPACTOS DA COVID-19 NA REGIÃO NORDESTE

Data de submissão: 10/12/2023

Data de aceite: 01/02/2024

Gisela Conceição Marinho Silva Moura Lins

Centro Universitário CESMAC
Maceió – Alagoas
<https://lattes.cnpq.br/6298729609711999>

Yasmim da Silva Sátiro

Centro Universitário CESMAC
Rio Largo – Alagoas
<https://lattes.cnpq.br/5600571430176034>

Isadora Bianco Cardoso de Menezes

Centro Universitário Cesmac
Maceió – Alagoas
<https://lattes.cnpq.br/3284848999812706>

Pauline Amorim Uchoa

Centro Universitário Cesmac
Maceió – Alagoas
<https://lattes.cnpq.br/8455457657931683>

provenientes de instituições de pesquisa relacionadas ao assunto. Diante ao 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil conclui-se que apenas 4 em cada 10 famílias têm acesso adequado à alimentação, alcançando segurança alimentar. Com isso, mais de 58,7% da população brasileira enfrentou algum nível de insegurança alimentar, refletindo uma regressão aos patamares da década de 90. A persistência da geografia da fome é evidenciada, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, com taxas de 71, 6% e 68%, respectivamente, superando a média nacional. A fome afeta diariamente 25,7% das famílias na região Norte e 21% no Nordeste, em comparação com a média nacional de 15% e 10% no Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança alimentar. COVID-19. Nutrição. Nordeste. Brasil.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o impacto da pandemia de covid-19 em relação a insegurança alimentar e nutricional no Brasil, especialmente na região nordeste do país. Essa pesquisa se valerá da análise bibliográfica para respaldar a elaboração analítica do texto, fundamentando-se igualmente em informações e documentos técnicos

FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY IN BRAZIL: IMPACTS OF COVID-19 IN THE NORTHEAST REGION

ABSTRACT: This article aims to analyze the impact of the covid-19 pandemic in relation to food and nutritional insecurity in Brazil, especially in the northeast region of the country. This research will use bibliographic analysis to support the analytical elaboration of the text, also based on information and technical documents from research institutions related to the subject. In view of the 2nd National Survey on Food Insecurity in the Context of the Covid-19 Pandemic in Brazil, it is concluded that only 4 in every 10 families have adequate access to food, achieving food security. As a result, more than 58.7% of the Brazilian population faced some level of food insecurity, reflecting a regression to the levels of the 1990s. The persistence of the geography of hunger is evident, especially in the North and Northeast regions, with rates of 71.6% and 68%, respectively, exceeding the national average. Hunger affects 25.7% of families daily in the North and 21% in the Northeast, compared to the national average of 15% and 10% in the South.

KEYWORDS: Food insecurity. COVID-19. Nutrition. Northwest. Brazil.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 teve impacto no aumento da insegurança alimentar e nutricional, visto que o cenário pandêmico gerou impactos socioeconômicos significativos, agravando ainda mais a pobreza e as desigualdades sociais já existentes no Brasil, além de aumentar as dificuldades de acesso aos alimentos e a fome em populações mais vulneráveis. O aumento do desemprego e a diminuição da renda, associados ao aumento do preço dos alimentos constituintes da cesta básica, impactaram diretamente no acesso à alimentação, tanto em seus aspectos quantitativos como qualitativos, favorecendo o agravamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (MARTINELLI et al., 2020).

A pandemia da Covid-19 trouxe à luz as desigualdades sociais, bem como a negligência com as políticas públicas e programas voltados para a assistência social, a saúde e a educação, especialmente na região Nordeste. Diante disso, é imprescindível o incentivo governamental para o fortalecimento das políticas nacionais de proteção social e de segurança alimentar e nutricional, a fim de garantir o DHAA. Estima-se que entre 702 e 828 milhões de pessoas passaram fome em 2021, em todo o mundo (correspondendo a cerca de 10% da população mundial), 46 milhões a mais que em 2020 e 150 milhões a mais que em 2019, antes da pandemia de COVID-19 (FAO,2022).

Dados recentes mostram que no Nordeste, mais de 7 milhões de pessoas convivem com a fome, outras quase 9,5 milhões de pessoas apresentam insegurança alimentar moderada e ainda quase 23 milhões foram classificadas com grau de insegurança alimentar leve (IBGE, 2021). Este trabalho objetiva discutir o agravamento da insegurança alimentar e nutricional causada pela pandemia da COVID-19 na região Nordeste, através de uma revisão de literatura.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada no período de 25 de julho a 28 de dezembro de 2023. As buscas foram realizadas na base de dados do Pubmed e governo federal, utilizando os seguintes descritores: “insegurança alimentar”, covid-19”, “brasil”, “nordeste” e “fome”. Foram selecionados artigos em português e inglês. Sendo excluídos monografias, teses, dissertações, textos incompletos, publicações não indexadas e artigos duplicados. A priori foi feita a leitura dos títulos e de seus resumos e após isso a leitura na íntegra.

Foram identificados na pesquisa geral 67 documentos, dos quais após a leitura do título e resumo foram 30 excluídos e 17 eram duplicados. Por fim, foi realizada a leitura dos artigos na íntegra e 8 artigos foram excluídos, portanto na amostra final 12 referências foram incluídas na revisão deste estudo referente a Insegurança Alimentar no Nordeste Brasileiro e de como a Covid-19 influenciou para agravar a Insegurança Alimentar nesta região.

REVISÃO DE LITERATURA

Visão a nível mundial sobre a insegurança alimentar

A pobreza e a insegurança alimentar (IA) ainda afetam indivíduos em todas as regiões do globo em diferentes graus de acordo com a disponibilidade e acesso a recursos que asseguram a subsistência da população. A conexão entre disparidades e bem-estar é um campo que sempre esteve presente no cotidiano de grupos marginalizados em todo o mundo, antes mesmo da eclosão da COVID-19 (Pereira; Oliveira, 2020).

No entanto, com a pandemia, uma porção considerável da população foi imersa em um estado de penúria extrema, resultado da interação entre um histórico de desigualdade estrutural, social e econômica e manifestação considerável de trabalhadores informais ou desempregados, reforçada pelas precárias condições de produção e distribuição de alimentos rede de comércio, que envolvem o agronegócio, intrincado em um sistema de grandes conglomerados interesses globais. Essas circunstâncias são agravadas pelo impacto da disputa por terras, acesso limitado à água potável e catástrofes naturais com efeitos sobre o clima e ausência de precipitação em muitas áreas geográficas do planeta (Pereira; Oliveira, 2020).

A insegurança alimentar domiciliar é consequência de um conjunto de determinantes e, por sua vez, a situação de insegurança alimentar condiciona o surgimento de vários fatores que potencialmente afetam o bem-estar físico, mental e social das pessoas. Hoje é amplamente reconhecido que os efeitos podem ser tanto de natureza nutricional como não nutricional, ou ambos, e que a insegurança alimentar pode provocar tantas carências nutricionais (desnutrição) quanto excesso de peso (FAO,2015).

Com relação à fome e à desnutrição, Monteiro (1995) afirma que toda fome leva

necessariamente à desnutrição, mas nem toda desnutrição se origina da deficiência energética, principalmente na população infantil. Vários fatores, como a deficiência específica de macro e micronutrientes, o desmame precoce, a higiene alimentar precária e a ocorrência excessiva de infecções podem causar a desnutrição infantil, sendo que, por conta disso, considera-se que a desnutrição está mais associada à pobreza do que à fome, devido à carências globais a que a criança está submetida: não apenas a falta de ingestão de alimentos, mas também a diversificação e a adequação nutricional da dieta, conhecimentos básicos de higiene, condição salubres de moradia, cuidados de saúde entre outros (MONTEIRO, 1995).

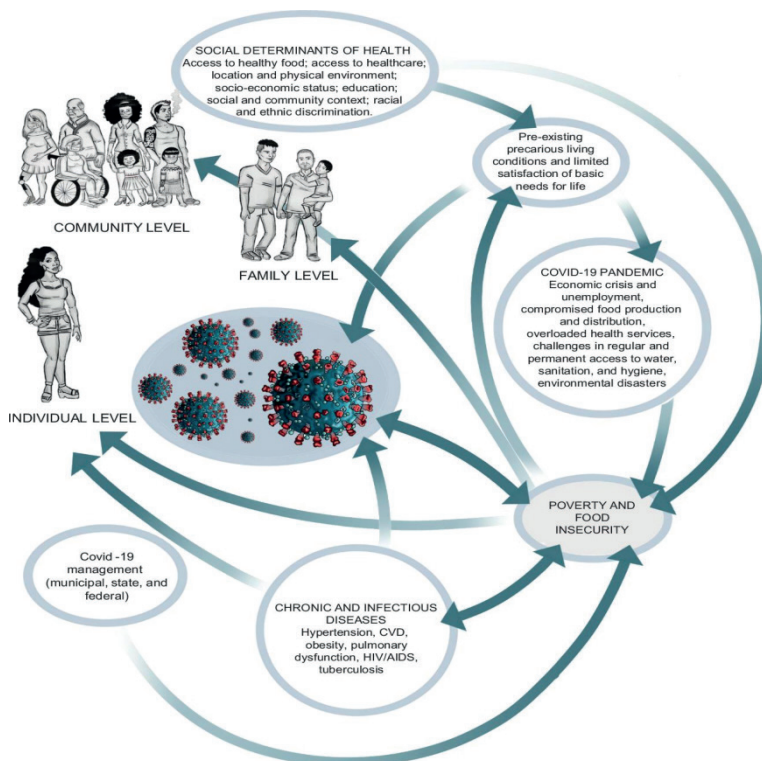


FIGURA 1. Determinantes da pobreza e da insegurança alimentar durante a pandemia da COVID-19 (Pereira; Oliveira, 2020).

Fonte: PEREIRA M, OLIVEIRA AM. **A pobreza e a insegurança alimentar podem aumentar à medida que a ameaça da COVID-19 se espalha.** Saúde Pública Nutr. 2020; 23: 3236–3240.

A figura acima retirada do artigo *Poverty and food insecurity may increase as the threat of COVID-19 spreads* dos autores Pereira M, Oliveira AM, destaca a vulnerabilidade de grupos como moradores de favelas, pessoas em situação de rua, detentos, profissionais do sexo e portadores de HIV/AIDS diante da IA, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Esses grupos enfrentam riscos devido a condições biológicas e sociais desfavoráveis, como desnutrição e sistemas imunológicos comprometidos.

A falta de recursos nutricionais adequados pode agravar ainda mais a suscetibilidade a complicações graves da COVID-19. Além disso, questões sociais, econômicas e de saúde pré-existentes, como o racismo, a discriminação e condições precárias, contribuem para a intensificação da pobreza e insegurança alimentar durante a pandemia, acentuando a crise sanitária em países pobres. Reconhecer e abordar essas disparidades não é apenas essencial do ponto de vista da saúde pública, mas também representa um imperativo ético para a construção de sociedades mais justas e resilientes.

Insegurança alimentar na região Nordeste

O Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, apresenta que 4 a 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação, ou seja, estão em condição de segurança alimentar. Sendo assim, este inquérito mostrou que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau leve, moderado ou grave da fome, fazendo até um comparativo no qual o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990 (Rede PENSSAN, 2022).

Desta maneira, destaca-se que a geografia da fome ainda persiste, ressaltando que a região Norte e Nordeste Brasileira são os mais impactados, que numericamente chegam a 71,6% e 68%, expressando os índices maiores que a média nacional de 58,7%. Por conseguinte, a fome faz parte do dia a dia de 25,7% das famílias na região Norte e de 21% no Nordeste, sendo que a média nacional é de aproximadamente 15% e, do Sul, de 10% (Rede PENSSAN, 2022).

Neste contexto social e geográfico e como foi relatado anteriormente, a geografia da fome persiste, ou seja, considerando todas as regiões, 3 em cada 10 famílias relataram para este inquérito a incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e preocupação em relação à qualidade da alimentação no futuro imediato. Assim, 4 em cada 10 famílias das regiões Norte e Nordeste, 3 em cada 10 das regiões Centro-Oeste e Sudeste, e 2 em cada 10 da região Sul relataram redução parcial ou severa no consumo de alimentos nos três meses que aconteceram as entrevistas do II VIGISAN. As formas mais severas de insegurança alimentar (moderada ou grave) atingem fatias maiores da população nas regiões norte (45,2%) e nordeste (38,4%) (REDE PENSSAN, 2022).

Diante desse cenário, com intuito de minimizar os impactos da pandemia da COVID-19 e diminuir a situação de IA, várias estratégias foram implementadas, e outras já pré-existentes foram modificadas pelo poder público brasileiro, seja no âmbito nacional ou estadual, como a doação de cestas básicas e refeições com recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, a reestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos, ocorrendo a compra e doação simultânea de alimentos, além da distribuição de alimentos por meio dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, como os restaurantes populares (GURGEL AM, 2020).

Adicionalmente, ocorreu a implementação do programa de transferência de renda denominado Auxílio Emergencial (AE). Essa proposta, mesmo que de forma tardia, foi enviada pelo Governo Federal para apreciação pelo Congresso Nacional, com intuito de realizar a transferência direta de renda no valor de R\$ 200,00 para a população que foi mais afetada economicamente durante a pandemia. Após forte pressão da sociedade civil organizada e de diversos parlamentares, ocorreu a modificação do valor que seria repassado, ficando a proposta final aprovada em R\$ 600,008(GURGEL AM, 2020).

De acordo com um estudo transversal, realizado com 903 famílias em vulnerabilidade social, oito meses após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, na cidade de Maceió, em Alagoas, foi aplicado um questionário estruturado, adaptado da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)2017- 2018, para obter informações socioeconômicas e demográficas, e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA); também foi levado em consideração o salário-mínimo vigente no ano de 2020 no Brasil (R\$ 1.045,00) e recebimento do AE (auxílio emergencial). O presente estudo encontrou uma elevada prevalência de IA (71,1%), identificando que mais de 10% da população encontra-se em IA grave. Também foi visto que 87,0% das residências tinham ao menos um beneficiário do programa AE, e que mais da metade da população (50,3%) recebeu doação de alimentos durante a pandemia, estando essas duas situações associadas positivamente à ocorrência de IA (SILVA NETO, 2023).

A alta do preço dos alimentos, associada à defasagem do valor do salário-mínimo brasileiro, fez com que a população apresentasse menor poder de compra, situação que provavelmente se agrava na população estudada, visto que o Nordeste do Brasil, historicamente, apresenta os piores indicadores sociais do país (SILVA NETO,2023). Nesta perspectiva, um estudo de coorte lançado em 2020, denominado Iracema-COVID, que incluiu 351 díades mãe-filho analisou a prevalência de IA em uma coorte de crianças nascidas durante a pandemia de COVID-19 em Fortaleza que foram acompanhadas aos 12 e 18 meses após o nascimento. As conclusões mostram uma maior prevalência de IA em domicílios chefiados por mulheres (11,2% e 19,3% em 2020 e 2021–22, respectivamente) em comparação com aqueles chefiados por homens (7,0% e 11,9% em 2020). 2021–22, respectivamente.

A IA foi mais prevalente entre famílias com menor nível socioeconômico (renda e escolaridade) e chefiadas por mães que ficaram desempregadas ou sofreram redução de renda durante a pandemia da COVID-19 (FARIAS, 2023). Um estudo transversal analítico realizado no Ceará com famílias em situação de alta vulnerabilidade social e econômica (renda mensal per capita inferior a US\$ 16,50), por meio de contato telefônico no período de maio a julho de 2021, durante a segunda onda da pandemia de COVID-19 foi observado uma prevalência de insegurança alimentar de 89% e de insegurança alimentar grave de 30% durante a pandemia de COVID-19.

Os programas governamentais com critérios de seleção de participantes que levaram em conta outros fatores além da renda para identificar os candidatos (cartão Mais Infância e vale-gás) estavam associados à insegurança alimentar em famílias que viviam na pobreza. Além disso, foi constatado que a pandemia impactou negativamente a disponibilidade alimentar das famílias pobres, que a renda dessas famílias não está associada à presença de insegurança alimentar e que as famílias que possuem culturas de subsistência (como a criação de animais e o plantio para consumo próprio) tinham menores chances de insegurança alimentar (SANTANA, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, deve-se ressaltar que as diferenças entre os estados estão ligadas às distintas manifestações de desigualdades sociais, que são consequências dos já conhecidos processos históricos que moldaram as dinâmicas populacionais e estruturas socioeconômicas e políticas do país. Os resultados aqui descritos podem subsidiar análises das realidades particulares de cada região e dos estados brasileiros e, conseqüentemente, servir de base para a formulação de políticas públicas mais efetivas.

A pandemia exacerbou desigualdades sociais e revelou deficiências nas políticas públicas de assistência social, saúde e educação, particularmente na região Nordeste, onde expressa taxas elevadas de insegurança alimentar em comparação as outras regiões do Brasil, sendo explícito a dificuldade dos nordestinos diante desse quadro. Dessa maneira, deve priorizar o fortalecimento dessas políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de investir em iniciativas que promovam a agricultura familiar e garantam acesso a terras férteis, afim de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A conexão entre desigualdades estruturais, precárias condições de produção e distribuição de alimentos, e agravamento da insegurança alimentar é evidente. Por conseguinte, no contexto de insegurança alimentar não se limita apenas a carências nutricionais, mas também envolve questões não nutricionais, como desemprego, acesso limitado a recursos e desastres naturais. A análise das realidades regionais e estaduais pode orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes para enfrentar esses desafios persistentes. O estudo aponta para a necessidade urgente de ações governamentais direcionadas a promover a segurança alimentar e nutricional e reduzir as disparidades socioeconômicas no país evidenciando com dados qualitativos e quantitativos.

REFERÊNCIAS

AMORIM ALB DE, RIBEIRO JUNIOR JRS, BANDONI DH. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19.** Rev Adm Pública [Internet]. 2020Jul;54(4):1134–45. Available from: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200349>.

BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Saúde E Sociedade, 12(1), 12–20. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100004>, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional [LOSAN].

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 2 de 09 de abril de 2020.** Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19. Brasília - DF. 2020g.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. **In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2022.** Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0640en>.

FARIAS-ANTÚNEZ S, MACHADO MMT, CORREIA LL, ET AL. **Food insecurity among families with infants born during the COVID-19 pandemic in Fortaleza, Northeast Brazil.** J Health Popul Nutr. 2023;42(1):14. Published 2023 Mar 5. doi:10.1186/s41043-023-00354-w.

GURGEL AM, SANTOS CCS, ALVES KPS, ARAUJO JM, LEAL VS. **Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil.** Cien Saude Colet 2020; 25(12):4945-4956.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua:** 2º trimestre 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MARTINELLI, S. S. et al. *Strategies for the promotion of healthy, adequate and sustainable food in Brazil in times of Covid-19.* Rev. Nutr. 33:e200181. 2020.

MONTEIRO, C. A. **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil.** Estudos Avançados, São Paulo, v.9, n.24, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – 2015.** Disponível em: repositorio.unb.br/bitstream/10482/21925/1/SOFI%20Brasil%202015.pdf.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Painel do Coronavírus da OMS (COVID- 19)** . 2022. <https://covid19.who.int/> . Painel da OMS COVID-19. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020. Disponível online: <https://covid19.who.int/>

PEREIRA M, OLIVEIRA AM. **A pobreza e a insegurança alimentar podem aumentar à medida que a ameaça da COVID-19 se espalha.** Saúde Pública Nutr . 2020; 23 : 3236–3240.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). VIGISANO. **Inquerito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil**; 2021.

SANTANA OMML, Sousa LVA, Lima Rocha HA, et al. Analyzing households' food insecurity during the COVID-19 pandemic and the role of public policies to mitigate it: evidence from Ceará, Brazil. *Glob Health Promot.* 2023;30(1):53-62. doi:10.1177/17579759221107035

SILVA-NETO, L. G. R., BUENO, N. B., SANTOS, T. L. F. DOS ., QUEIROZ, J. C. DE L. S., FRANCELINO, J. M. A., PUREZA, I. R. DE O. M., & FLORÊNCIO, T. M. DE M. T.. (2023). **Avaliação da insegurança alimentar no contexto da COVID-19: associação com o auxílio emergencial e recebimento de doação de alimentos na população em vulnerabilidade social de uma capital do Nordeste do Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(3), 721–730. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.12352022>.